



ATA DE PLENÁRIA DE 25 DE AGOSTO DE 2026
FÓRUM MEMÓRIA, VERDADE, REPARAÇÃO INTEGRAL, NÃO REPETIÇÃO E
JUSTIÇA PARA OS POVOS INDÍGENAS

I. LOCAL E DATA

Data: 25 de agosto de 2026

Horário: 14h00 às 15h48

Local: online via zoom

II. PARTICIPANTES

Participaram da reunião:

Ana Pato	Memorial da Resistência de SP
Bruno Arruda	DPU
Christiane Vieira Nogueira	Procuradora MPT
Daniela Greeb	Instituto de Políticas Relacionais
Danilo Farias	WWF
Deborah Duprat	Especialista
Eduardo Baker	DPU
Eduardo Valadares	DNDH/DPU
Ela Wiecko	especialista
Elaine Moreira	OBIND
Esther Tello Ferrer	CIMI
Julio Zelic	AM





Kristian Bengtson	Embaixada da Noruega
Manoel Castilho	Especialista
Marlon Alberto Weichert	MPF
Nina Barrouin	CEJIL
Pedro Medeiros Muniz	Associação dos Ativistas Por Reparação (AAPR)
Rafael Nakamura	CTI
Rafael Pacheco	Instituto de Políticas Relacionais
Renan Sotto Mayor	DPU
Rubens Soares	especialista
Stephen Baines	Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
Tatiane Klein	ISA
Vanessa Mary Labigalini	Instituto de Políticas Relacionais

III. PAUTA

1. Informes gerais e devolutiva do encontro com as lideranças da APIB;
2. Avaliação dos estudos de caso e da metodologia de pesquisa;
3. Andamento dos instrumentos de incidência político-jurídica para a criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV);
4. Organização dos Grupos de Trabalho e próximas agendas do Fórum.

IV. RESUMO





A plenária teve como principais objetivos compartilhar a avaliação do encontro realizado com as lideranças das sete regionais da APIB; discutir os resultados e aprendizados decorrentes dos estudos de caso desenvolvidos no âmbito do projeto de Justiça de Transição Indígena; e definir os próximos passos do Fórum para a construção da Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV).

A avaliação do encontro com as lideranças foi positiva, destacando-se o apoio à continuidade da iniciativa, o protagonismo dos pesquisadores indígenas, a devolução dos resultados das pesquisas aos povos e a construção de uma metodologia que articula pesquisa documental, memória, escuta e participação indígena.

Também foram discutidos o aprofundamento dos estudos de caso, o cuidado e o apoio aos pesquisadores, o desenvolvimento do mapa georreferenciado, os documentos jurídicos relacionados à criação da CNIV e às possibilidades de incidência nacional e internacional.

Em razão do calendário eleitoral, foram suspensas as plenárias ordinárias de setembro e outubro, mantendo-se as atividades dos Grupos de Trabalho. A próxima plenária presencial foi prevista para 4 de novembro de 2026.

V. ASSUNTOS TRATADOS

A plenária teve como foco a avaliação das atividades recentes do projeto de Justiça de Transição Indígena, especialmente o encontro com as lideranças da APIB, o andamento dos estudos de caso, a metodologia de pesquisa, os instrumentos de incidência político-jurídica e os próximos passos para a construção da Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV).

a) Encontro com as lideranças da APIB

Foi realizada uma devolutiva do projeto às lideranças das sete regionais da APIB, apresentando a trajetória do Fórum, os resultados das pesquisas e o processo de construção da proposta da CNIV.

As lideranças demonstraram alinhamento com a iniciativa e manifestaram apoio à continuidade do processo, incluindo as pesquisas, as reuniões do Fórum e a articulação para criação da Comissão.

O encontro também foi considerado importante por possibilitar a devolução aos povos dos materiais produzidos durante as pesquisas — entrevistas, transcrições, fotografias, vídeos e documentos — e por aproximar pesquisadores, especialistas e lideranças indígenas.

b) Estudos de caso e metodologia de pesquisa

Foram apresentados às lideranças oito estudos de caso, envolvendo os povos Xetá, Guarani de Piaçaguera, Terena, Guarani de Douradina, Guarani no Paraná, Tuxá, Tupiniquim-Guarani e Raposa Serra do Sol.





A avaliação da experiência destacou como aspectos positivos:

- o protagonismo dos pesquisadores indígenas;
- a realização das pesquisas nos próprios territórios;
- a combinação entre pesquisa documental, entrevistas, memória e relatos dos povos;
- a participação de anciãos, mulheres, jovens e lideranças;
- a construção de uma metodologia de escuta ancestral;
- a possibilidade de transformar a experiência em metodologia replicável para outros casos e territórios.

Foi observado que os estudos apresentam diferentes níveis de aprofundamento. Alguns casos ainda precisam de complementação documental e de novas escutas.

Os pesquisadores deverão incorporar as contribuições recebidas e finalizar os relatórios até 30 de outubro, para posterior encaminhamento ao jurídico da APIB, que avaliará possibilidades de judicialização e outros desdobramentos.

c) Padrões de violência identificados

A análise conjunta das pesquisas permitiu identificar que diversas violências anteriormente percebidas como casos isolados constituem padrões nacionais de violência contra os povos indígenas.

Entre elas foram mencionados deslocamentos forçados, assassinatos, violência policial e de jagunços, exploração de recursos naturais, restrições territoriais, envenenamentos, trabalho análogo à escravidão, tutela, assimilação e outras práticas de destruição cultural e territorial.

A pesquisa reforçou a importância de relacionar verdade, memória, território, reparação e garantias de não repetição, reconhecendo também os impactos intergeracionais dessas violações.

d) Cuidado e apoio aos pesquisadores

Um ponto relevante da avaliação foi o impacto emocional das pesquisas sobre os próprios pesquisadores indígenas, especialmente pela escuta de relatos traumáticos e pelo contato com histórias de violência vivenciadas por seus povos e familiares.

O grupo considerou necessário sistematizar protocolos de cuidado, incluindo rodas de conversa, espaços coletivos de acolhimento e possibilidade de apoio psicológico profissional. Também foi reforçada a importância de evitar que pesquisadores realizem atividades de campo sozinhos.

e) Mapa georreferenciado

O ISA apresentou o desenvolvimento da ferramenta de mapa georreferenciado dos casos, que foi experimentada pelas lideranças durante o encontro.

A ferramenta continuará sendo ajustada e deverá passar por nova testagem junto ao Fórum, buscando maior integração com as pesquisas, os GTs e a construção da CNIV.





f) Incidência político-jurídica

Foram retomados a nota técnica da DPU e o parecer de Danilo Sarmento relacionados à criação da Comissão.

O GT2 ficará responsável por aprofundar a análise desses documentos e avaliar a possibilidade de consolidá-los em um documento que possa subsidiar futuras estratégias de incidência, inclusive diante de uma eventual transição de governo.

Também foi discutida a possibilidade de contribuição para a Revisão Periódica Universal (RPU) do Brasil, prevista para 2027. O encaminhamento é levantar prazos e requisitos e articular qualquer iniciativa com a APIB e o coletivo da RPU.

Agenda e organização do Fórum

Em razão do calendário eleitoral, ficou acordada a suspensão das plenárias de setembro e outubro. Os GTs, entretanto, poderão manter suas atividades durante esse período.

As principais datas definidas foram:

Data	Atividade
15/09, às 14h	Reunião on-line do GT1
04/11	Manhã - Reuniões presenciais dos GTs na UnB 14h às 17h - Plenária do Fórum

Principais encaminhamentos

Ficaram como próximos passos a conclusão dos oito relatórios; encaminhamento dos estudos ao jurídico da APIB; aprofundamento dos pareceres pelo GT2; continuidade do trabalho do GT1; finalização e nova testagem do mapa georreferenciado; discussão de uma estratégia estruturada de cuidado psicológico aos pesquisadores; articulação com Coletivo RPU sobre agenda 2027 da ONU; complementação das pesquisas que ainda demandam documentos ou entrevistas; e edição e compartilhamento dos materiais audiovisuais produzidos.

De forma geral, a reunião avaliou positivamente o percurso realizado e destacou que os estudos de caso funcionam não apenas como produção de conhecimento, mas também como uma experiência metodológica e política que antecipa elementos importantes do funcionamento de uma futura Comissão Nacional Indígena da Verdade, especialmente pelo protagonismo indígena, pela





centralidade dos territórios e pela articulação entre documentação, memória, verdade, reparação e não repetição.

